

Somos Professores. Damos Rosto ao Futuro!

Exigimos Valorização, já!



19 fev — 4 mar 2026



MOÇÃO

Pela Valorização Urgente da Carreira Docente, Pela Escola Pública, Pelo Direito à Educação

O Estatuto da Carreira Docente (ECD) é um pilar fundamental da profissão docente, consagrando direitos, deveres, justiça profissional, dignidade da carreira e condições de trabalho. A sua contínua desvalorização compromete a atratividade da profissão, fragiliza as escolas e põe em causa a qualidade da educação.

À revisão do ECD tem de corresponder valorização profissional, sem a qual será impossível travar a dramática falta de professores, garantir a estabilidade das escolas e assegurar uma Escola Pública de qualidade para todos.

Os professores e educadores são profissionais altamente qualificados, com elevadas responsabilidades pedagógicas, científicas e éticas. A sua autonomia profissional não é um privilégio: é uma condição indispensável para o exercício da docência e para a existência de uma Escola Pública democrática, inclusiva e exigente.

A defesa da carreira docente é inseparável da defesa da Escola Pública. As duas tiveram o contributo decisivo dos professores, pelo que atacar a carreira docente é enfraquecer a Escola Pública e comprometer o futuro coletivo.

A gravíssima falta de professores alastra rapidamente a todo o território nacional, resultado de décadas de políticas que desvalorizaram a carreira, degradaram as condições de trabalho, impuseram instabilidade profissional e desrespeitaram a profissão docente. O Governo, no entanto, continua sem dar respostas à altura da dimensão do problema.

Perante este quadro, os docentes reunidos em plenário sindical:

- Exigem valorização real e imediata da carreira docente, com medidas concretas, estruturais e calendarizadas, que ponham fim à contínua desvalorização da profissão;
- Rejeitam processos negociais formais vazios, exigindo uma negociação séria, consequente e sem imposições unilaterais, com a participação plena da FENPROF, organização sindical mais representativa dos docentes;

- Reafirmam que o respeito pela profissão docente é condição essencial para garantir escolas estáveis, ensino de qualidade e o efetivo cumprimento do direito constitucional à educação, o que deve passar pelo expurgo do ReCAP das propostas do governo e pela garantia da manutenção do direito à negociação coletiva, à participação das organizações sindicais no processo educativo e à proteção na doença.

Só haverá uma efetiva valorização do ECD se houver garantia de:

1. **Valorização da Carreira e das Remunerações:** Revisão do ECD para eliminar a discriminação em função do vínculo, reduzir a duração da carreira, recuperar a paridade com os técnicos superiores e garantir a contagem integral do tempo de serviço, sem ultrapassagens.
2. **Organização do Trabalho e Avaliação:** Estabelecimento de um **horário letivo base de 20 horas** para todos, com garantia de 35 horas de horário global semanal, clarificação das componentes letiva/não letiva, redução da burocracia e fim das vagas e quotas na avaliação do desempenho, adotando o modelo de matriz efetivamente formativa.
3. **Recrutamento e Formação:** Manutenção da habilitação profissional como regra, prioridade ao concurso nacional e à graduação profissional, e garantia de formação gratuita, com dispensa de serviço e efeitos na progressão no caso da obtenção de graus académicos superiores e formação especializada.
4. **Proteção Social e Apoios:** Criação de apoios para deslocação e alojamento, integração da Mobilidade por Doença como mecanismo de proteção (não devendo assumir a forma de concurso), regime de aposentação que reconheça a especificidade da profissão e o acentuado desgaste inerente ao seu exercício prolongado e regime disciplinar idêntico ao da Administração Pública.
5. **Negociação Séria:** Rejeição de processos formais vazios, exigindo uma negociação consequente e respeitadora da representatividade da FENPROF.

Para a FENPROF, este processo negocial deve permitir alterar outras matérias do ECD não inscritas no protocolo negocial como: a eliminação da **PACC (até já considerada inconstitucional e, portanto, já não aplicável)**; a atribuição de **apoios** para docentes que, para trabalhar, se desloquem da área de domicílio; um **regime disciplinar** idêntico ao que vigora na Administração Pública e a instrução dos processos atribuída a profissionais formados para o exercício dessa função – os inspetores; um regime de **aposentação** que tenha em consideração a especificidade do exercício profissional e o reconhecimento do direito à pré-reforma; a integração da **mobilidade por doença** (MpD) no capítulo das **mobilidades**, não assumindo a forma de concurso, mas de mecanismo de proteção em situações de doença incapacitante do próprio ou de familiar direto a seu cargo, nos exatos termos propostos pela FENPROF.

Os docentes reunidos neste plenário afirmam, de forma clara e determinada, a sua total disponibilidade para intensificar a luta, recorrendo a **todas as formas de ação sindical necessárias, incluindo a convocação de greves e outras iniciativas de contestação**, enquanto persistir a ausência de respostas concretas às legítimas reivindicações da classe docente.

Em defesa da profissão docente, da Escola Pública e do direito à educação, a luta continuará!

O Plenário de Docentes,
